

Três discursos exemplares

Almir Pazzianotto Pinto*

Somos amantes da verbosidade. O discurso laudatório é parte da nossa cultura. Não faltam pretextos para que alguém se valha da oportunidade para longas, cansativas e inconvenientes perorações. Lembro-me de solenidade de posse no Supremo Tribunal Federal. Tanto o presidente que se despedia, como aquele que era empossado, se derramaram em narrativas eruditas, mas de pouco interesse para auditório que lá se encontrava por obrigação do cargo, de família, de interesse ou amizade. A partir da terceira fila a sonolência dominava os ouvintes. Homens e mulheres, idosos e de meia-idade, mal conseguiam disfarçar os olhos quase fechados.

Conheço três discursos inesquecíveis pela brevidade e pelos resultados. O primeiro, de Marco Antônio diante do corpo inerte de Júlio César, assassinado por conspiradores liderados por Brutus. O segundo de Abrahan Lincoln na tarde de 19 de novembro de 1863, para honrar a memória dos soldados mortos na batalha de Gettysburg, onde se decidiu o resultado da Guerra da Secessão. Foram apenas 272 palavras, ditas em menos de três minutos. O terceiro de Getúlio Vargas, escrito em 23 de agosto de 1954, horas antes do suicídio.

Júlio César, obra ímpar de Willian Shakespeare (1564-1616), foi popularizada pelo filme homônimo produzido em 1953, dirigido por Joseph Mankiewicz, e estrelado por Marlon Brando, James Mason, John Guielgud. A breve oração de Marco Antônio se inicia com frase citada em todas as boas antologias: “Amigos, cidadãos de Roma, ouvi-me; venho enterrar César, mas não louvá-lo. O mal que o homem faz vive depois dele. O bem se enterra às vezes com os seus ossos. Com César que seja assim”.

Abrahan Lincoln (1809-1865) combateu a escravidão e pagou com a vida. A Guerra da Secessão opôs o norte industrializado ao sul escravocrata. A Batalha de Gettysburg durou três dias, envolvendo mais de 170 mil soldados, com cerca de 50 mil mortos e feridos. Quatro meses depois Lincoln compareceu ao local para a cerimônia de dedicação do campo de batalha à memória aos mortos, e inaugurar o Cemitério Nacional de Gettysburg. Foram suas primeiras palavras: “Há 87 anos, os nossos pais deram origem, neste continente, a uma nova Nação, concebida em Liberdade e consagrada ao princípio de que todos os homens nascem

iguais”. Concluiu o imortal discurso dizendo: “....admitamos que estes homens não morreram em vão, que esta Nação, com a graça de Deus, renasça na liberdade, e que o governo do povo, pelo povo, e para o povo, jamais desapareça da face da terra”.

Getúlio Vargas (1882-1954) aliava a qualidade de político excepcional às virtudes de excelente orador. Escrevia e falava em perfeita língua portuguesa. São primorosos os discursos do 1º de Maio de 1951, 1952 e 1954, este último pronunciado no Palácio Rio Negro, quando, em tom profético, disse: “Não me perdoam os que me querem ver insensível diante dos fracos e injusto com os humildes. Continuo, entretanto, ao vosso lado. Mas a minha tarefa está terminando e a vossa apenas começa”.

A Carta Testamento poderia ter sido lida como discurso, da sacada do Palácio do Catete. Foi escrita com a emoção da despedida, e selada com o tiro de revólver que extinguiu a vida do presidente Vargas.

O manto da corrupção, agravada pela mediocridade, baixou sobre o Brasil. Sou pessimista? Não. Limito-me a reconhecer a realidade. Vejam-se as mesas diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado; a leitura enviesada que o Supremo Tribunal Federal faz da Constituição; a maré montante de demagogia populista que varre a Esplanada dos Ministérios e o Palácio do Planalto. Os escândalos do INSS, do Banco Master, e de bilionárias emendas parlamentares.

Aproximam-se as eleições de outubro. Dezenas de mulheres e homens ocupam os horários gratuitos da televisão, insistindo nas mesmas falsas promessas de eleições passadas.

Escreveu Gustave Le Bon: “O caráter dos povos e não os governos é que determina seus destinos”. Sim. É verdade. Pelos governantes que escolhemos nas últimas décadas, somos povo de caráter frágil e quebradiço.

.....
*Advogado. Foi Ministro do Trabalho e presidente do Tribunal Superior do Trabalho.